

Ass. Const, *Proposta*

Comissão Arinos propõe grandes mudanças e referendo

Um referendo — consulta nacional — para dar mais forma à nova Constituição, é o instrumento que o professor Cândido Mendes recomenda, para que o resultado da Constituinte não caia no vazio e vire letra morta. Ao alisar a Carta, o povo estará mais comprometido com ela, entende o conselheiro da Comissão de Estudos Constitucionais, presidida pelo professor Arinos.

Aos 80 anos, Arinos diz que não tem mais qualquer vaidade. E, sem falsa modéstia, garante que será entregue ao presidente José Sarney, no próximo dia 18, o anteprojeto de Constituição "mais moderna do mundo". Preocupado com o contraste entre a Carta e a realidade brasileira, de grandes injustiças sociais, o professor Cândido Mendes insiste no referendo, para dar eficácia às novas regras de convivência entre os brasileiros e do Brasil com o mundo.

Críticas

Pelo anteprojeto da Comissão Arinos, as mudanças em relação à atual Constituição são tão numerosas que os conselheiros divergem quanto ao nível de importância das principais. O professor Miguel Reale e o seu filho Miguel Reale Jr. por exemplo, apontam como maiores transformações a introdução do parlamentarismo, do sistema eleitoral misto para a Câmara dos Deputados e da figura do "estado de alarme" como salvaguarda para situações críticas.

Lembram ainda a extinção do Conselho de Segurança Nacional e das Polícias Militares e a gratuidade plena da justiça como novidades radicais, sujeitas a críticas. Miguel Reale aprova integralmente medidas como o "estado de alarme", para permitir o controle de perturbações da ordem que não sejam tão graves para justificar o "estado de sítio", mas discorda do modelo parlamentarista aprovado pela comissão, que dá ao presidente da República o direito de indicar apenas duas vezes o primeiro-ministro ao Congresso.

O jurista Miguel Reale Jr cita a "quebra do arcabouço da ideologia de segurança nacional, marca da atual Constituição" como uma medida fundamental do anteprojeto.

"O Conselho de Segurança Nacional, instrumento de interferência das Forças Armadas na política, deixará de existir. No lugar dele será criado o Conselho de Defesa Nacional, mais amplo para ser convocado em situações muito especiais, como na decretação do "estado de alarme" ou do "estado de sítio", explica.

Outro dos principais integrantes da comissão, Afonso Arinos, o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, acha que no campo do Judiciário a principal inovação foi a ideia de criar o Tribunal Superior de Justiça.

Transplantes

A subordinação ao Ministério da Saúde de toda a assistência pública, preventiva e curativa será a principal mudança na área da saúde, diz o professor e oftalmologista Hilton Rocha, conselheiro da comissão.

Se prevalecer o anteprojeto, a nova Constituição brasileira abordará, pela primeira vez, a questão dos transplantes de órgãos. Invertendo o que reza a lei federal ordinária em vigor, que só permite a utilização de órgãos doados por escrito, em vida, a comissão estabelece que os órgãos de cadáveres poderão ser utilizados para transplantes, a não ser que o morto tenha deixado oposição por escrito ou haja oposição formal de sua família.

Outra proposta inédita, na área de saúde, é a obrigatoriedade de fabricação, pelo Estado, dos medicamentos básicos para atendimento à população.

Diretriz

Depois que o presidente Sarney retornar de Washington, o Palácio do Planalto organizará uma solenidade em Brasília, para que os integrantes da comissão lhe entreguem o estudo. Na opinião do jurista Ferro Costa, essa é uma peça capaz de mudar profundamente a história do Brasil.

Acha que, se a Constituinte adotar o projeto da comissão, o país estará pronto para se constituir numa sociedade moderna. Procuramos estabelecer regras concretas e auto-aplicáveis. Significa que os princípios da Carta são aplicáveis por si mesmos, podendo ser diretamente cobrados na Justiça, por qualquer cidadão.

Além de ser auto-aplicável, a Constituição estabelece vários mecanismos de participação popular na defesa de seus direitos. Isso fará, na opinião do professor Cândido Mendes, um dos mais ativos conselheiros da comissão Arinos, com que o contraste entre a injusta realidade nacional e a provável Constituinte não se prolongue por muito tempo.

Os conselheiros, orientando-se na maioria das vezes por uma trilha progressista, aprovaram um anteprojeto que estimula a democracia participativa e uma estrutura de Poder Público voltada prioritariamente para suprir as carências da maioria da população. São grandes as diferenças entre a Constituição proposta e a vigente.

Propostas

Tributos

Cria duas novas contribuições: para custeio de obras e serviços resultantes do uso do solo e eliminação ou controle de atividades poluentes. Nenhum tributo pode vigorar antes de 90 dias de sua aprovação pelo Congresso. Melhor distribuição geral dos impostos entre União, Estados e municípios.

Justiça

Gratuita para todos. Taxas e emolumentos só no fim da causa, às expensas do perdedor. Surge o Superior Tribunal de Justiça, para julgar em última instância recursos judiciais que não envolvam matéria constitucional. Desaparecerá o Tribunal Federal de Recursos. Supremo Tribunal Federal mantém-se com atribuições vitais, como a de processar o presidente da República.

Salvaguardas

Estado de alarme ou sítio, ambos dependentes de aprovação e fiscalização do Congresso Nacional. Principal órgão de assessoramento do presidente da República será o Conselho de Defesa Nacional, que substituirá o atual Conselho de Segurança Nacional, com maior número de conselheiros.

Forma de governo

Presidencialismo congressional, inspirado no modelo francês. Poder executivo dividido entre o presidente da República, eleito em todo o país para mandato de seis anos não renovável, e o presidente do Conselho de Ministros, aprovado pela Câmara dos Deputados. O primeiro cuidará de funções vitais clássicas, como a declaração de guerra, e ao segundo caberá a chefia da administração superior federal.

Tortura

Tornou-se crime inafiançável, insusceptível de anistia e prescrição. Fica proibido o interrogatório noturno de presos.

Relações internacionais

Regem-se pelos princípios de defesa e promoção da paz e dos direitos humanos, repúdio à guerra, à competição armamentista, à tortura, à discriminação, ao colonialismo, apoio às lutas de independência nacional, respeitando a autodeterminação dos povos. Os compromissos externos valem também para as relações internas.

Parlamentares

Perdem isenção de impostos sobre parte variável dos vencimentos. Perdem jtons por sessões extras. Podem perder o mandato, mediante ação popular, sem faltarem a mais de um terço das sessões legislativas. Na Câmara, os deputados serão limitados a 420.

Educação

Obrigatória e gratuita para todos os brasileiros, dos seis aos 16 anos, com habilitação para exercício de uma profissão. Fim do vestibular unificado.

Defensoria pública

Eleito para a Câmara dos Deputados, para um mandato não renovável de cinco anos. Terá a atribuição de garantir o exercício dos direitos constitucionais, punindo os abusos e omissões do Poder Público. Será uma mistura de ministro do Supremo e parlamentar.

Prerrogativas

Senado pode vetar atos normativos da Administração Pública que exorbitarem do poder regulamentar. Evita que portarias de entidades como o BNH tenham força de lei.

Sistema eleitoral

Todos têm direito de votar. Torna-se inegável quem atentar contra o regime democrático. Sistema misto (proporcional e distrital) para a Câmara dos Deputados.

Forças Armadas

Destinam-se a defender a soberania, independência, fronteiras e "poderes constitucionais" do país. Não se envolvem em questões políticas internas.

Meio Ambiente

Ampliação e instalação de usinas nucleares e hidrelétricas e indústrias poluentes dependem de prévia autorização do Congresso Nacional. A Floresta Amazônica é considerada "patrimônio nacional".

Saúde

Comando unificado das áreas de saúde e previdência. É criada a caderneta individual de saúde, a exemplo da carteira profissional. A União, o estado e os municípios aplicarão no setor pelo menos 13% dos seus orçamentos globais.

Trabalho

Carga máxima de 40 horas semanais para todos os trabalhadores. Participação dos empregados no lucro e no faturamento das empresas. Estabilidade e FGTS. Uma mesma categoria pode ter mais de um sindicato. Total direito de greve, até no setor público, desde que os serviços essenciais sejam mantidos. Contribuição sindical só voluntária.

Propriedade

Subordinada à sua função social. Quem, sem oposição, ocupar uma terra durante cinco anos é nela produzir, tornar-se seu dono. Terreno urbano sem uso produtivo sofre tributação gradativamente mais forte. Só o Congresso Nacional pode autorizar exploração de minério em terras indígenas.

Serviço militar

Homens e mulheres podem alegar "imperativo de consciência", de fundo filosófico, religioso ou qualquer outro, para eximir-se da obrigação de servir às Forças Armadas, exceto em tempo de guerra. Terão a alternativa de prestar serviço civil.

Privacidade

Proíbe o registro sobre convicções pessoais, atividades políticas ou vida privada por qualquer instituição. Permite apenas o registro de dados para fins estatísticos. Todo cidadão tem direito de acesso às referências e informações a seu respeito. O "habeas data" instrumento judicial inédito, garantirá aos cidadãos acesso a informações do Poder Público.

Em vigor

Distribuição de impostos privilegia União

Poder público cobra antecipadamente para abrir qualquer processo. Na instância superior, STF vive sobre-carregado.

Medidas de emergência e estado de sítio e emergência. Congresso é apenas informado sobre a decisão do Executivo. Conselho de Segurança Nacional define até "objetivos nacionais permanentes".

Presidencialismo tradicional. Executivo sob comando único. O presidente da República cuida de tudo, expõe-se a rápido desgaste.

Impõe a todas as autoridades "o respeito à integridade física e moral do detento ou presidiário", mas não condena a tortura explicitamente. Essa palavra é omitida.

Uso de "meios pacíficos" para solução de conflitos. Só condena explicitamente a "guerra de conquista".

Privilegios fiscais e pagamento de jtons por sessão extraordinária. Não prevê ação popular para cassação de mandato. Fixa em 487 o número de deputados.

Obrigatória e gratuita dos sete aos 14 anos, sem habilitação profissional.

Não existe.

Não prevê esse tipo de legislativo

Cabos, soldados e condenados pela Justiça não podem votar. Prevê, mas não garante, sistema misto de eleição para a Câmara, porque remete o assunto à regulamentação.

Consideradas "essenciais" para a segurança nacional, destinam-se à "defesa da Pátria e à garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem".

Omissa

Não prevê comando unificado nem percentual mínimo de aplicação de recursos.

Não fixa mínimo de carga semanal. Participação dos empregados é apenas no lucro, que pode ser manipulado. Proíbe greve nos serviços públicos e atividades essenciais. Estabelece o posto sindical.

Subordinada ao "interesse social", quando o governo considerá-la necessária à utilização pública.

Só estão isentos do serviço militar as mulheres e os eclesiósticos.

Omissa. Não impede que serviços como o SNI e SPS tenham informações pessoais sigilosas. Governo não é obrigado a revelar informações.